

Sarney - discurso anuncia o Programa pedindo ajuda e compreensão



BRASÍLIA —
"Chegou a hora e a vez de construir um grande País no campo e também nas cidades. É esse o novo

compromisso da Nova República", afirmou ontem o Presidente José Sarney, ao anunciar em seu gabinete o conjunto de novas medidas econômicas chamado Programa de Mudanças, para o qual pediu "a compreensão, a ajuda e o apoio do povo brasileiro, e principalmente dos políticos".

Dez Ministros de Estado e os Líderes da Aliança Democrática no Congresso participaram da cerimônia de assinatura e lançamento do Programa de Mudanças. Sarney assinou 14 decretos e um projeto-de-lei e lançou cinco programas na área social. Para o Presidente, as medidas divulgadas ontem constituem o primeiro grande passo no sentido do cumprimento das promessas de mudanças da Nova República.

Sarney intercalou a leitura de um texto preparado pelo Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, com improvisos seus, procurando dar dimensão política à divulgação das medidas. Afirmou, mais de uma vez, que os compromissos da área institucional foram cumpridos, determinando, agora, esforços nas áreas social e econômica.

Começou pelas mudanças no Imposto de Renda, destacando o objetivo de democratizar a renda e fazer justiça social. Depois enumerou o elenco de cortes nos gastos públicos que, segundo afirmou, "gasta mais do que tem e do que arrecada". Por fim, falou da privatização dos programas sociais.

O Presidente afirmou que confia na aprovação do Programa de Mudanças, encaminhado ao Congresso:

— Pelo que conversei com os Líderes, o "pacote" será aprovado — afirmou Sarney, acrescentando que mesmo o pouco tempo que falta para o início do recesso parlamentar não dificultará a aprovação das medidas.

O Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Pimenta da Veiga, disse, após a solenidade de assinatura do conjunto de medidas, que não há qualquer intenção de convocar extraordinariamente o Congresso Nacional para a aprovação do "pacote" do Governo, ressaltando que "será aprovado sem dificuldades":

— Haverá uma grande pressão da opinião pública para a votação da matéria — acrescentou Pimenta da Veiga.

O DISCURSO DO PRESIDENTE

'Saímos da recessão. Aumentamos o emprego'

Integra do discurso em que o Presidente José Sarney anunciou à Nação as novas medidas econômicas:

"Estou enviando, nesta manhã, ao Congresso Nacional, projeto-de-lei que importa em profundas reformas tributárias dentro de um contexto geral de um projeto de mudanças na área econômica.

"Essa decisão está sendo tomada depois de ouvirmos a área política e de analisarmos profundamente o setor administrativo.

"Nós estamos chegando quase ao final das mudanças institucionais que prometemos ao País.

"Ontem, foi promulgada a emenda que convoca a Assembléia Nacional Constituinte. E acabamos de sair da mais livre eleição ocorrida no Brasil.

"No setor institucional, todos os compromissos políticos foram cumpridos. Os compromissos das mudanças estão implantados.

"No setor econômico, nós chegamos ao fim do ano com importantes metas da Nova República que foram alcançadas, sobretudo as metas prioritárias e os objetivos que a Nação perseguiu há longos anos.

"Saímos da recessão. Só este fato já é um grande anúncio ao povo brasileiro.

"Em segundo lugar, aumentamos o número de empregos. Mais de 1 milhão e meio de novos empregos foram criados este ano. O País voltou a crescer e diminuí o número de desempregados.

"Por outro lado, acabamos com o arrocho salarial. Os salários subiram em termos reais acima da inflação. O País voltou aos trilhos e agora é a vez de mudanças importantes e ambiciosas no setor público.

"A primeira constatação é que o Governo gasta mais do que ele tem e do que arrecada. Precisamos, para enfrentar de uma vez o problema da inflação, equilibrar o orçamento. E nesse sentido são necessárias algumas medidas drásticas. Mas elas estão sendo tomadas dentro do espírito do debate, da análise, do consenso democrático e sobretudo com grande espírito de justiça.

"Determinei aos Ministros da área econômica que nessas medidas não fosse feito nenhum aumento de imposto que recaísse sobre os assalariados. Que todas essas medidas também se destinassem a desconcentrar a renda, de modo a atingirmos os objetivos de democratizar a renda, taxando os que ganham mais, que devem pagar mais.

"Por outro lado, taxar também ganhos de capital e aplicações financeiras.

"Outro aspecto importante das medidas tributárias agora adotadas é o que se refere ao Imposto de Renda retido na fonte, que deve ser pago pelo cidadão como um imposto e não como um empréstimo para ser devolvido depois. Com essa medida,

nós teremos um ato de justiça tributária e, ao mesmo tempo, teremos maior disponibilidade de dinheiro para os assalariados.

"Há um desejo do Governo, nesse setor, de mudanças, de implantar uma verdadeira justiça fiscal e ao mesmo tempo de aplicar bem o dinheiro do contribuinte.

"Temos que ter a filosofia de que o imposto é pago pelo cidadão para receber, em contrapartida, serviços do Estado. E, portanto, esses recursos devem ser aplicados da maneira mais rigorosa possível.

"Por outro lado, no setor público, determinei medidas de redução e contenção de despesas da administração federal direta, indireta e em todas as fundações.

"1) Determinei a proibição de ingresso de pessoal nos órgãos da administração direta, indireta e em todas as autarquias.

"2) Uma imediata modernização e racionalização das estruturas da administração direta, indireta, autarquias e fundações.

"3) Proibição de construção, aquisição ou locação de imóveis residenciais ou outros destinados à Administração Pública.

"4) Limitação total do uso de veículos oficiais e redução real de 20% de todas as despesas de serviços de terceiros para a administração direta.

"5) Limitação de prestação de serviço extraordinário (horas extras) no serviço público federal.

"6) Em relação às estatais e fundações, uma redução de 10% das despesas com pessoal das empresas estatais. Também nesse setor de empresas estatais, proibição da contratação de pessoal, e necessidade de uma autorização pessoal do Presidente da República que só a fará em casos de absoluta necessidade de novos investimentos, continuando a política que adotamos de investimento seletivo.

"Também nessa área, restrição de veículos, reservando-os aos presidentes das empresas estatais e das fundações; e a venda de todos os veículos considerados excedentes.

"Centralização do orçamento das empresas estatais típicas de Governo, que dependem do orçamento geral da União, na Secretaria de Finanças da SEPLAN. E, também nessas empresas, uma redução de 20% das despesas relativas a serviços de terceiros.

"Vale acrescentar que o orçamento unificado em votação pelo Congresso também será um grande instrumento de controle das finanças do Governo.

"Com a finalidade de não penalizar o povo com a presença de um Estado ineficiente, também estamos lançando um efetivo programa de privatização. Privatizar em benefício da empresa nacional; democratização do capital e também uma desregulamentação da economia, que é tirar as complicações burocráticas que impedem as empresas de terem o seu dinamismo total aproveitado.

"Mas todo este esforço que está sendo feito, que sem dúvida colocará o déficit público em níveis mínimos, ele será revertido

para um programa de Governo que já tem a sua orientação definida, que é a opção pelo setor social. Vai ser possível que o Governo, controlando a inflação, controlando as suas despesas, tenha recursos disponíveis para aplicá-los no setor social para extinguirmos no País, de uma vez por todas, a pobreza absoluta.

"Nesse sentido, vamos ampliar bastante o programa de alimentação popular; iniciar e ampliar programas de suplementação alimentar; dar reforço ao programa alimentar de creches; ao programa nacional de alimentação escolar; e criar um grande programa de leite para crianças carentes em todo o País.

"No setor de abastecimento, um controle rigoroso de modo que a política de estoques reguladores de subsídios e produtos agrícolas possa manter os gêneros de necessidade em níveis suportáveis para o povo.

"Assim também o atendimento de necessidades sociais básicas no setor de saúde, com distribuição de medicamento às pessoas carentes em todo o País. Educação básica; habitação e melhoria urbana; saneamento. No setor de Justiça, também no que se refere a mutirão contra a violência. No setor da reorganização agrária, assentamento de trabalhadores rurais e colonização.

"No Nordeste, o Programa Regional de Apoio ao Pequeno Produtor; ações de ensino no Nordeste rural; ações de saúde também no Nordeste rural; e ações de saneamento em áreas rurais; o programa de irrigação, já lançado, para 1 milhão de hectares; uma atenção especial ao transporte urbano de massa.

"Assim, eu espero que, cumprida a parte institucional das mudanças prometidas ao País, reajustada a parte econômica, agora o Governo se sente seguro e pode comprometer-se com o País, com o efetivo programa de metas administrativas. Um Governo dinâmico, ágil, presente e desenvolvimentista.

"E eu agradeço a colaboração que o Ministério tem dado ao Governo nestes meses, um período difícil, de grande desafio e que temos encontrado, da parte de todos aqueles que colaboram conosco, um grande espírito de dedicação.

"Assim, chegou a hora e a vez de construir um grande País no campo e também nas cidades. É esse o novo compromisso da Nova República. E o primeiro passo para essa demarcação está sendo feito hoje com o lançamento do grande programa de mudanças para o qual peço a compreensão, a ajuda e o apoio do povo brasileiro e, principalmente, dos políticos brasileiros, nós que temos o dever de respaldar essa ação administrativa.

"Acredito que chegaremos a esses objetivos. Vamos chegar lá.

"E eu peço ao Senhor Ministro da Fazenda, o Dr. Dílson Funaro, que possa detalhar em maior profundidade todos os projetos que agora nós iniciamos."